

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Sterlite Power

VINEYARDS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.181.100/0001-86

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **Vineyards Participações S.A.** (“Companhia”) em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Vineyards Participações S.A.**, é uma Companhia *holding* nacional constituída em 01 de março de 2021 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. É controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

A Companhia SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Vineyards”), constituída em 26 de maio de 2017, passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participações em maio de 2021 após o processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil, sua controladora anterior e atual controladora indireta. Tem o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestado mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Apresentamos abaixo o quadro de estrutura acionária.



Sector elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as

regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cabe, ainda, à ANEEL, mediante delegação do MME, conceder o direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

As concessionárias outorgadas para prestação dos serviços públicos de transmissão de energia, são responsáveis pela conexão das geradoras aos grandes consumidores, ou às empresas distribuidoras ou a outras transmissoras que compõem a complexa rede do SIN, estas últimas também reguladas pela ANEEL que lhes fixa uma Receita Anual Permitida (RAP) pela prestação de tais serviços. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Início das operações de SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 10 do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada de R\$ 41.809.350 após entrada em operação comercial.

Em janeiro de 2020 o principal trecho do projeto foi energizado, sem pendências técnicas, as instalações de transmissão estão disponíveis no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou a empresa solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional de R\$ 29.299.993 da RAP.

Em julho de 2021 o segundo trecho do projeto foi energizado sem pendências técnicas, as instalações de transmissão estão disponíveis no Sistema Interligado

Nacional (SIN) e viabilizou a empresa solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional de R\$ 7.249.741 da RAP.

O terceiro e último trecho foi energizado em Janeiro de 2022, as instalações de transmissão estão disponíveis no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou a empresa solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional de R\$ 5.259.616 da RAP.

A finalização de todas as etapas do projeto antes do prazo estabelecido pela Aneel demonstra o comprometimento e excelência da Companhia. A RAP do edital foi de R\$ 34,5 milhões e os investimentos totalizaram cerca de R\$ 280 milhões. No total, o Projeto Vineyards contempla 98 km de linhas de transmissão, duas subestações novas, nas cidades de Lajeado e Bento Gonçalves, ampliação de subestações em Candiota, Bagé, Garibaldi e Lajeado 2. Integrado, reforça o escoamento de energia para a região, beneficiando 18 cidades com expressiva atratividade turística, seja pelas belezas naturais, seja pela presença das principais de vinícolas do país.

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado e busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretores responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sinergia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 15 de junho de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PERÍODO ENTRE 1º DE MARÇO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021		Nota	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Ativo					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	19	60.815		Fornecedores	10	45	3.902	
Concessionárias e permissionárias	7	–	4.187		Partes relacionadas		–	1.106	
Tributos e contribuições a compensar		17	2.109		Debêntures	11	160.456	175.902	
Dividendos a receber		65	–		Encargos setoriais		–	152	
Ativo de concessão	8	–	46.982		Tributos e contribuições sociais		–	485	
Prêmio de seguro		–	267		Salários e encargos sociais		–	9	
Adiantamento a fornecedores e funcionários		–	373		Dividendos a pagar		–	507	
Total do ativo circulante		101	114.733		PIS e COFINS diferidos	12	–	4.346	
Não circulante					Outros		–	8	
Realizável a longo prazo					Total do passivo circulante		160.501	186.417	
Ativo da concessão	8	–	407.546		Não circulante				
Prêmio de seguro		–	117		Debêntures	11	–	295.809	
Outros		–	10		Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	32.535	
					PIS e COFINS diferidos	12	–	37.622	
Investimentos	9	130.423	–		Total do passivo não circulante		–	365.966	
Total do ativo não circulante		130.423	407.673		Patrimônio líquido				
					Capital social	14a	1	1	
					Reservas de capital	5	(19.407)	(19.407)	
					Prejuízos acumulados	14b	(10.602)	(10.602)	
							(30.008)	(30.008)	
					Adiantamento para futuro aumento de capital	15c	31	31	
					Total do patrimônio líquido		(29.977)	(29.977)	
Total do ativo		130.524	522.406		Total do passivo e patrimônio líquido		130.524	522.406	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO ENTRE 1º DE MARÇO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Integralização de capital	1	–	–	1	–	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	31	31
Perda em transação entre sócios	–	(19.407)	–	(19.407)	–	(19.407)
Prejuízo do período	–	–	(10.602)	(10.602)	–	(10.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1	(19.407)	(10.602)	(30.008)	31	(29.977)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A **Vineyards Participações Energia S.A.** (“Companhia”), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de março de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar - sala 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. A Companhia SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Vineyards”) é controlada da Vineyards Participações e tem o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestado mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **1.2. Da Concessão:** A controlada da Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente o contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial. O projeto da controlada da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul: (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3; (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi; (iii) Linha de

Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA; (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA; (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos. A controlada SE Vineyards energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou a companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537. A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021. O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$41.809 para o ciclo anual entre 1º de julho de 2021 e 30 de junho de 2022. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Adicionalmente, a controlada da Companhia apresenta a informações no quadro abaixo:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (contrato de concessão) anual	Índice de correção	Inflação	RAP	Parcela de	Data da entrada
						(REH 2.895) Ciclo 21/22	ajuste 21/22	em operação comercial Elemento 1, 2 e 3
031/2017	30	2047	34.532	IPCA	8,04%	41.809	(684)	13/01/2020 - 27/06/2021 27/01/2022

1.4. Encargos regulamentares: Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício

anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A controlada da Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PERÍODO ENTRE 1º DE MARÇO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Receita de implementação da infraestrutura líquida		–	25.170	
Remuneração do ativo de concessão líquido		–	28.582	
Receita de operação e manutenção		–	4.689	
Receita operacional líquida	15	–	58.441	
Custo de implementação de infraestrutura	16	–	(11.415)	
Custo de operação e manutenção	17	–	(2.018)	
Lucro bruto			(45.008)	
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	18	(111)	(2.779)	
Resultado de equivalência patrimonial	9	5.176	–	
Lucro antes do resultado financeiro		5.065	42.229	
Receitas financeiras		94	2.002	
Despesas financeiras		(15.761)	(50.045)	
Resultado financeiro	19	(15.667)	(48.043)	
Prejuízo antes dos tributos		(10.602)	(5.814)	
Imposto de renda e contribuição social corrente		–	–	
Imposto de renda e contribuição social diferido		–	(4.788)	
Prejuízo do período		(10.602)	(10.602)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PERÍODO ENTRE 1º DE MARÇO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Prejuízo do período	(10.602)	(10.602)	(10.602)	(10.602)
Total de resultados abrangentes	(10.602)	(10.602)	(10.602)	(10.602)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO ENTRE 1º DE MARÇO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(10.602)	(5.814)		
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos tributos sobre o lucro ao caixa gerado nas atividades operacionais				
PIS e COFINS diferidos	–	222		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.176)	–		
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.761	44.431		
Outros ajustes	1	(1)		
Aumento (diminuição) nos ativos operacionais				
Concessionárias e permissionárias	–	(1.290)		
Ativo de concessão	–	(41.588)		
Tributos e contribuições a compensar	(17)	(315)		
Adiantamentos a fornecedores e empregados	–	1.616		
Dividendos a receber	–	(348)		
Depósitos judiciais e cauções	–	(10)		
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais				
Fornecedores	45	(8.435)		
Tributos e contribuições sociais a recolher	–	268		
Salários e encargos sociais	–	(911)		
Partes relacionadas	–	1.100		
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	12	(11.075)		
Atividades de investimento				
Investimento em controladas	(144.719)	–		
Pagamento pela aquisição de controlada	–	(144.719)		
Caixa proveniente de controlada adquirida	–	79.288		
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(144.719)	(65.431)		
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	31	31		
Pagamento de juros - debêntures	(6.100)	(13.505)		
Captação de debêntures	150.795	150.795		
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	144.726	137.321		
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	19	60.815		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	–	–		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	19	60.815		</

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Sterlite Power

VINEYARDS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.181.100/0001-86

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

vêm acompanhando os impactos do novo coronavírus (COVID-19) no cenário macroeconômico e em seus negócios e avaliando constantemente os possíveis riscos de inadimplência, em função de uma possível ruptura de fluxo de caixa no sistema. Entretanto, entende que as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica foram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada seguem diligentes no acompanhamento dos prazos de obras em curso, mas considera que eventuais atrasos poderão ocorrer até a normalização das atividades do mercado como um todo. Houve uma interrupção nas obras do segundo trecho por aproximadamente 3 semanas em 2020, e os trabalhos foram retomados após este período, não impactando o cronograma final da obra, pois, o projeto está previsto para entrega antes do cronograma estabelecido pela ANEEL. Desta forma não há impacto possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido. O negócio da controlada da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e de sua controlada não considera que exista risco de realização de seus recebíveis em decorrência da COVID-19 no período entre 1º de março e 31 de dezembro de 2021. A Companhia e sua controlada implementaram medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco do novo Coronavírus (COVID-19) e, dessa forma, garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo; sistemas de contingência; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho presencial com obrigatoriedade de agendamento prévio da estação de trabalho por meio de aplicativo para maior controle por parte da Administração; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório; restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos, a Companhia e sua controlada mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração avaliou os efeitos da Covid-19 e seus impactos no: (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia e de sua controlada aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência deste assunto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O período abrangido por essas demonstrações financeiras se inicia quando da constituição da companhia em 1º de março de 2021, quando encerrado o exercício a ser auditado. Destaca-se que foram considerados os efeitos e valores da sua controlada SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. a partir da sua aquisição em maio de 2021 e encerramento do exercício em dezembro de 2021. A Companhia e sua controlada não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do período. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela administração em 15 de junho de 2022. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 160.400, porém a administração não entende como um risco uma vez que para reverter esse ponto planeja converter as debêntures emitidas em ações no exercício de 2022, não tendo a necessidade de desembolsar o montante desta dívida. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • **Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido** (nota 13); • **Contabilização de contratos de concessão** (nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a controlada da Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliações, reforços e melhorias como ativo contratual. • **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da controlada da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato que foi 12,34%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a controlada da Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a

cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 — Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada. Controlada é toda Companhia na qual a Vineyards Participações S.A. detém o controle, o controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2021, a participação na controlada se apresenta da seguinte forma:

Participação %	2021
----------------	------

Controladas

SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Vineyards")	100
--	-----

Em maio 2021, 100% das ações da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. foram transferidas da Sterlite Brazil Participações S.A. para Vineyards Participações S.A. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessa controlada coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e, (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e sua controlada apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados a aplicações financeiras. • **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: i). **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. ii). **Ativo de concessão - contratual:** As concessões da controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a controlada da Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela

taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social — PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. A Companhia e sua controlada podem distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A Administração da Companhia entende que, embora sua controlada reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o período não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da controlada da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a controlada da Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. iv) **Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura:** Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia e a sua controlada não apresentam saldos de tributos correntes. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e sua controlada pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. **3.14. Provisões:** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e sua controlada reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Em 31 de dezembro de 2021, constatou que não há ações movidas contra a Companhia e sua controlada com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, bem como identificou que causas classificadas como possível na controlada da Companhia que estão

continua →☆



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Sterlite Power

VINEYARDS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.181.100/0001-86

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

sendo divulgadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.15. Despesas e receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e sua controlada classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e sua controlada ainda não concluíram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

5. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

5.1. Aquisição da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A em 2021: Após processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil Participações S.A., em 26 de maio de 2021, a Vineyards Participações S.A., holding criada pela própria Sterlite Brazil, adquiriu 100% das ações da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. tornando-se sua controladora direta. Como esta transação foi realizada entre empresas do mesmo Grupo, onde a Sterlite Brazil mantém o controle indireto da SE Vineyards, os valores considerados na aquisição são apresentados a valores de históricos de custo. Valores de custos dos ativos adquiridos e passivos assumidos é apresentado a seguir:

	SE Vineyards 31/05/2021
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	79.288
Concessionárias e permissionárias	2.897
Ativo de concessão	412.939
Tributos e contribuições a compensar	1.794
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.373
Prêmios de seguros	653
	498.944
Passivo	
Fornecedores	(12.337)
Salários e encargos sociais	(923)

9. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controlada)

	Data-base 2021	Qtde. de ações ordinárias possuídas 65.010.641	Participação no capital integralizado (%) 100	Capital integralizado 65.011	Ativos 522.370	Passivos 391.947	Patrimônio líquido 130.423	Lucro líquido 6.855
SE Vineyards		65.010.641		65.011	522.370	391.947	130.423	6.855

b) Movimentação do investimento

	Valor do Investimento em 2020	Aquisição de investimentos	Perda da aquisição da controlada	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 2021
Controladas						
SE Vineyards	—	144.719	(19.407)	(65)	5.176	130.423
Total	—	144.719	(19.407)	(65)	5.176	130.423

10. FORNECEDORES

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Fornecedores de materiais e serviços	45	45
Relacionados a implementação da infraestrutura	—	462
Retenções contratuais	—	3.334
Materiais e serviços não faturados	—	61
	45	3.902

11. DEBÊNTURES

a) Os empréstimos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora 2021	Consolidado 2021
1ª Emissão de debêntures	Vineyards Participações	IPCA + 8,50%	30/09/2022	160.456	160.456
2ª Emissão de debêntures	SE Vineyards	IPCA + 5,2381%	15/07/2042	—	311.255
				160.456	471.711
				Controladora 2021	Consolidado 2021
Circulante				160.456	175.902
Não circulante				—	295.809

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Passivo adquirido da controlada	—	289.990
Emissão de debêntures	150.795	150.795
Pagamento de juros - debêntures	(6.100)	(13.505)
Juros provisionados	—	9.355
Atualização monetária de principal	15.761	35.076
Saldo final	160.456	471.711

Em novembro de 2019 a controlada SE Vineyards firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral referente R\$ 8.556 em 31 de dezembro de 2021, com base no saldo atualizado das debêntures. O custo é de 2,5% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Após a conclusão do projeto, o custo é ajustado para 1,3% ao ano (base 360 dias). O Contrato Prevê que a Companhia deve manter o Índice de Cobertura da Dívida ("ICSD") acima de 1.3. Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e este, estava dentro dos limites definidos nos contratos de dívida. A Vineyards Participações realizou em junho de 2021 sua primeira emissão privada de debêntures no montante de 150.795 com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações ordinárias e objeto do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Vineyards Participações S.A.", celebrada entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações e Infraestrutura ("Vinci") na qualidade de debenturista, a Sterlite Brazil e a V2i Energia S.A. (V2i), empresa essa controlada pela Vinci, na qualidade de intervenientes e cujo prazo de vencimento se dará em 30 de setembro de 2022 sem incidência de *covenants*. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão atualização monetária e juros remuneratórios prefixados equivalentes ao IPCA + 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes desde a data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima data de pagamento dos juros remuneratórios.

Passivo

Tributos e contribuições sociais	(179)
Imposto de renda e contribuição social	(37)
Encargos setoriais	(167)
Empréstimos e debêntures	(289.990)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(507)
PIS e COFINS diferidos	(41.745)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.747)
	(373.632)
Total dos ativos líquidos identificáveis ao valor justo	125.312
Perda na aquisição	19.407
Total da contraprestação	144.719

Total dos ativos líquidos identificáveis ao valor justo

Total da contraprestação

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Caixa e depósitos bancários	19	4.138
Aplicações financeiras	—	56.677
	19	60.815

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 99% a 103% em 2021, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.710.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CONSOLIDADO)

Contas a receber das distribuidoras de energia dos valores já faturados da Receita Anual Permitida.

	2021
Concessionárias e permissionárias	4.187
	4.187

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	2021
Ativo adquirido com a aquisição da controlada	412.939
Receita de implementação da infraestrutura	12.581
Margem de implementação da infraestrutura	15.367
Remuneração do ativo de concessão	31.586
(-) Faturamento	(17.945)
Saldo final	454.528
Circulante	46.982
Não circulante	407.546

A controlada da Companhia considerou perdas por parcelas variáveis em seu fluxo contratual em 2021 no montante de R\$ 116, devido à indisponibilidade de equipamentos.

	2021
Receita de implementação da infraestrutura	12.581
Margem de implementação da infraestrutura	15.367
Remuneração do ativo de concessão	31.586
Receita de operação e manutenção	4.944
Total da receita bruta	64.478
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(246)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(536)
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(250)
PIS diferido sobre operação e manutenção	—
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(1.133)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2.469)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(1.151)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	—
Encargos setoriais	(252)
	(6.037)
Receita operacional líquida	58.441
Custo de implementação de infraestrutura (nota 16)	11.415
Custo de operação e manutenção (nota 17)	2.018
Margem de implementação da infraestrutura	13.967
Margem de implementação da infraestrutura %	43,31%
Margem de operação e manutenção	6.133
Margem de operação e manutenção %	29,79%

	Consolidado 2021
2022	168.527
2023	9.224
2024	9.608
2025	9.993
2026	10.377
2027	11.145
2028	11.530
2029	11.914
2030	12.299
2031 a 2042	201.648
	456.265

12. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Imposto de renda, Contribuição social e PIS e COFINS diferido

	Consolidado 2021
Imposto de renda diferido	(23.923)
Contribuição social diferida	(8.612)
IR e CS diferidos	(32.535)
PIS diferido	(7.487)
COFINS diferida	(34.481)
PIS e COFINS diferidos	(41.968)
Tributos passivos	74.503
Circulante	(4.346)
Não circulante	(70.157)

b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado 2021
Imposto de renda diferido	(23.923)
Contribuição social diferida	(8.612)
IR e CS diferidos	(32.535)
PIS diferido	(7.487)
COFINS diferida	(34.481)
PIS e COFINS diferidos	(41.968)
Tributos passivos	74.503
Circulante	(4.346)
Não circulante	(70.157)

(*) Não foi constituído diferido ativo na Vineyards Participação uma vez que não havia previsão de lucro na Companhia.

	Impostos Diferidos
Passivo adquirido da controlada	Consolidado
31/05/2021	Movimentação
31/12/2021	
Ativo/Passivo	
Imposto de Renda	(20.402) (3.521) (23.923)
Contribuição Social	(7.345) (1.267) (8.612)
Não Circulante	(27.747) (4.788) (32.535)

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 a controlada SE Vineyards da Companhia possui 4 (quatro) processos contingentes trabalhistas avaliadas como provabilidade possível no montante total de R\$114, portanto não foram provisionadas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 1º de março de 2021 com capital social autorizado de R\$100,00 divididas em 100 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de (um real) R\$1,00. Em 1º de julho de 2021 houve decisão de aumentar o capital da companhia no montante de R\$ 1.000,00 conforme Ata da AGE de 26 de maio de 2021 que foi aportado pela controladora Sterlite Brazil Participações em 23 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.100,00 dividido em 1.100 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas. A composição do capital social subscrito da Companhia em 2021 é como se segue:

	2021
Sterlite Brazil Participações S.A.	100%
Reserva de capital: A Companhia adquiriu sua controlada SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. tendo desembolsado o montante de R\$ 144.719, resultando em uma perda na transação, no montante de R\$ 19.407 entre empresas do mesmo Grupo, conforme está demonstrado na Nota 5.1. c) Adiantamento para futuro aumento de capital: A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 31.	

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 2021
Receita operacional bruta	
Receita de implementação da infraestrutura	12.581
Margem de implementação da infraestrutura	15.367
Remuneração do ativo de concessão	31.586
Receita de operação e manutenção	4.944
Total da receita bruta	64.478
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(246)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(536)
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(250)
PIS diferido sobre operação e manutenção	—
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(1.133)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2.469)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(1.151)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	—
Encargos setoriais	(252)
	(6.037)
Receita operacional líquida	58.441
Custo de implementação de infraestrutura (nota 16)	11.415
Custo de operação e manutenção (nota 17)	2.018
Margem de implementação da infraestrutura	13.967
Margem de implementação da infraestrutura %	43,31%
Margem de operação e manutenção	6.133
Margem de operação e manutenção %	29,79%

	Consolidado 2021
2022	168.527
2023	9.224
2024	9.608
2025	9.993
2026	10.377
2027	11.145
2028	11.530
2029	11.914
2030	12.299
2031 a 2042	201.648
	456.265

16. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA

	Consolidado 2021
Serviços de terceiros	7.287
Máquinas e equipamentos	174
Gastos ambientais	1.230
Servidão	410
Edificações	2.112
Outros	202
	11.415

17. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	Consolidado 2021
Pessoal	36
Serviços de terceiros	1.904
Outros	76
Tributos	2
	2.018

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Serviços de terceiros	61	1.441
Aluguéis	—	25
Tributos	—	846
Seguros	—	370
Outros	50	97
	111	2.779

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	94	2.002
	94	2.002

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Sterlite Power

VINEYARDS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.181.100/0001-86

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado
	Nível	2021	
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários		19	4.138
Concessionárias e permissionárias		—	4.187
Dividendos a receber		65	—
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 2	—	56.677
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	Nível 2	45	3.902
Partes relacionadas	2	—	1.106
Dividendos a pagar	2	—	507
Debêntures	2	160.456	471.711

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

21. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia e de sua controlada são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros**: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e sua controlada efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos de preço**: As receitas da Companhia e de sua controlada são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais**: A Companhia e sua controlada fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de liquidez**: A Companhia e sua controlada acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e sua controlada é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de sua controlada por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e de sua controlada. A Administração da Companhia e sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e da sua controlada são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e sua controlada utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca

otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) **Transferência de controle acionário**: Em 13 maio de 2022, a debenturista Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações e Infraestrutura ("Vinci") exerceu opção de conversão em ações das 150.795 debêntures conversíveis que detinha da Companhia no âmbito do *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Vineyards Participações S.A.*, celebrada em 10 de junho de 2021 por e entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Vinci na qualidade de debenturista, a Sterlite Brazil e a V2i Energia S.A. (V2i), empresa essa controlada pela Vinci e que veio a se tornar a acionista ingressante após a conversão das debêntures, na qualidade de intervenientes. Através do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças celebrado em 10 de junho de 2021 entre a então controladora da Companhia, que seja Sterlite Brazil Participações S.A., a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações e Infraestrutura, tem-se que a V2i passa a ser a nova acionista ingressante e controladora detendo 82,40% das ações da Companhia, após a conversão das debêntures em ações conforme tratado no parágrafo anterior. b) **Aumento de capital na Vineyards Participações S.A.**: De janeiro a abril de 2022 a controladora Sterlite Brazil Participações realizou aumento de capital na Companhia com a integralização de capital em R\$ 3.451, mediante a emissão de 3.451 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2022. c) **Conclusão de Obra na SE Vineyards Transmissão de Energia - Elemento 3**: O elemento 3 do projeto SE Vineyards Transmissão de Energia foi concluído em 27 de janeiro de 2022 permitindo do concessionária o recebimento proporcional de R\$ 5.260 da RAP, finalizando dessa maneira a fase de construção total do projeto. A Companhia obteve autorização para operação comercial com pendências em 31/01/2022 e data de operação comercial em 11/02/2022, tendo o seu TLD - Termo de Liberação Definitivo em 16/02/2022. O elemento em questão é composto por: • Linha de Transmissão em 230 kv com origem na SE Candiota 2 e destino a SE Bagé 2, a um CS, com aproximadamente 49 km de extensão; • 01 Módulo de Entrada de Linha - EL 230 kv (BD4) na SE Candiota 2; e • 01 Módulo de Entrada de Linha - EL 230 kv (BPT) na SE Bagé 2.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
CRC - 121211/O-1

CONTADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Vineyards Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vineyards Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela

avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2022



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.A.
CRC-2SP034519/O-6
Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>